



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

14 DE JUNHO DE 1976.

NO RIO DE JANEIRO — RJ, NA SESSÃO
DE ABERTURA DO III ENCONTRO NA-
CIONAL DOS EXPORTADORES (ENAEX).

Minha presença neste III Encontro Nacional dos Exportadores (ENAEX) tem o sentido principal de reafirmar a prioridade que meu Governo confere às exportações e, em particular, ao fortalecimento da empresa privada exportadora, no quadro das maiores responsabilidades que o Brasil vem assumindo, no cenário internacional.

Consoante a definição do II PND, a estratégia econômica externa do País, no presente estágio, é «condicionada, de um lado, pela necessidade de atender aos novos desafios decorrentes da situação mundial» — notadamente o *choque* do petróleo — e, «de outro, pela determinação de realizar a maior integração com a economia internacional sem tornar vulneráveis os objetivos internos».

Obrigados embora, em face de grave emergência internacional, a comprimir importações onerosas, não o fizemos com o propósito definido de restringir nosso relacionamento com o Exterior, na ilusão de, com isso, tornar a economia menos sujeita aos abalos e, mesmo, às pressões externas. Não cairia a Revolução na tentação fácil de uma introversão isolacionista e de todo irreal; está buscando, apenas, com flexibilidade vigilante, adaptar-se à conjuntura ex-

terior numa fase transitória de recessão econômica quase generalizada.

Pois não é levantando paredes e fechando janelas, econômicas ou culturais, que iremos consolidar uma economia moderna e dar, ao Brasil, autonomia maior. O resultado seria, tão-somente, retardar o processo da conquista tecnológica e da eliminação de certo tipo de importações, o que, isso sim, implica dependência — em matérias-primas essenciais e outros produtos básicos —, além de abrir mão da própria contribuição do capital externo, complementar, sem dúvida, mas relevante.

A maior integração com a economia internacional cumpre seja usada para abrir oportunidades, tanto de crescimento como de autonomia progressiva.

O importante é que se tenha em mente, nesse relacionamento, o objetivo de levar o balanço de pagamentos a uma estrutura condizente com padrões normais de longo prazo — relativo equilíbrio global, ausência de *deficit* na balança comercial, *deficit* em conta corrente não superior a 20% do investimento total do País, recondicionamento da pauta de importações. Qual a estrutura de importações que, realmente, nos interessa? Aquela em que haja um mínimo de matérias-primas industriais e petróleo, para evitar uma dependência inaceitável, abrindo, ao mesmo tempo, campo para as importações de equipamentos e máquinas mais sofisticados e para importações residuais de bens de consumo.

Enquanto se caminha para esse resultado, que já está à vista, porquanto, anualmente, se vem redu-

zindo o nível de importações de matérias-primas — 5,7 bilhões de dólares em 1974, 4,5 bilhões em 75 e uma estimativa de 4,0 bilhões em 76 —, há necessidade de dar impulso continuado às exportações, as quais, no presente estágio, assumem maior importância para a solução do problema do balanço de pagamentos. Impulso que esperamos não para o futuro, mas *para logo, ainda este ano*, numa mobilização de todo o empresariado nacional com vistas a alcançar as metas de exportação previstas para 1976.

Para tal propósito, devem ser salientados dois elementos positivos, além da progressiva recuperação das economias industrializadas: as melhores perspectivas para os produtos primários — salvo, naturalmente, o açúcar, pela quebra de safra — e a boa operação do sistema de incentivos.

Não tem o Governo poupado esforços, dentro, aliás, da linha que aqui enunciei no 2º ENAX, para preservar um diversificado, eficaz, flexível e poderoso sistema de incentivos, fiscais e financeiros, capaz de apoiar os setores em que, efetivamente, demonstramos maior poder de competição, principalmente manufaturados.

As negociações bilaterais, notadamente com os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu, têm respeitado essa orientação, que igualmente prevalece nos nossos posicionamentos em organismos multilaterais.

Também não foi esquecido o fator interno, com a legislação baixada para resolver o problema da

restituição dos créditos de ICM. Assim, já foram assinados convênios com os Estados do Pará, Pernambuco, Maranhão e Alagoas, e, dentro em breve, poderão ser assinados outros com os demais Estados do Nordeste.

As exportações constituem campo em que se pode realmente fortalecer a empresa privada, pois *sua* é, por excelência, essa área de atuação. O papel da INTERBRÁS e da COBEC é supletivo, na abertura de frentes em que dificilmente o setor privado poderia penetrar sozinho. Dentro dessa orientação, deverão tais organismos comportar-se.

Abre-se, por outro lado, na conquista de mercados externos, um campo fecundo para a atuação do setor privado, que deve continuamente buscar, segundo modalidades das mais adequadas, a colocação de novos produtos na nossa pauta de exportações. Esse é, sem dúvida, o melhor caminho a seguir, diversificando e ampliando, principalmente em manufaturados e semimanufaturados, o horizonte das nossas vendas ao exterior.

À medida em que se expande a base do mercado interno, assegurando escala razoável, e que se complementa e aprofunda nossa estrutura industrial, novas oportunidades estarão sempre surgindo, que exigirão determinação e imaginação para delas tirarmos real proveito.

A empresa estrangeira tem, nesse esforço, uma excelente possibilidade de integrar-se nos objetivos da sociedade brasileira. No longo prazo, tal política

de integração, de visão mais aberta, há de revelar-se inteligente e compensadora. Nessa base, de confiança no País e cooperação com as aspirações nacionais, é que se cria o clima para um relacionamento estável e mutuamente benéfico.

Não se limitam, os benefícios da exportação, aos efeitos imediatos da geração de divisas — por si sós, justificadores de uma mobilização nacional — e à conquista de escala.

Outros benefícios gerais, igualmente de grande alcance, se fazem sentir, sobre a empresa exportadora, alterando-lhe a própria mentalidade, e sobre a sociedade, que aceita o desafio de competir com o resto do mundo.

O uso da imaginação e da capacidade de realizar nos engrandece. É preciso ir em busca das novas oportunidades que surgem para a realização pessoal nossa, para o fortalecimento e modernização da empresa privada e, sobretudo, para a realização de uma tarefa de mais alta importância na estratégia do desenvolvimento nacional.